**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO SOBRE A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA BÁSICA**

Alessandra Wilma Lima Santos

(Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia- UFPa

santosalessandra021@gmail.com)

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de fazer algumas reflexões acerca da inclusão de crianças com Síndrome de Down na escola básica, buscando entender e analisar como esses alunos são inseridos no contexto educacional, bem como perceber como é feita e se é feita a preparação do docente e do espaço escolar para receber essa criança, haja vista que crianças com Down necessitam uma maior atenção e dedicação da escola. A metodologia de pesquisa utilizada é qualitativa. Um estudo de caso que tem como objeto de estudo a família, alunos, docentes e corpo técnico da escola onde a criança foi inserida. Os procedimentos utilizados são entrevistas semiestruturadas e conversas informais. Os resultados obtidos evidenciam que a escola deve estar preparada para receber os alunos com necessidades especiais, porém com a atual conjuntura da educação no Brasil, vemos um cenário onde não há uma preparação/formação considerável para os profissionais da educação, para que essa inclusão aconteça.

Palavra-chave: educação inclusiva, Síndrome de Down.

INTRODUÇÃO

Para analisar de que formas crianças com Síndrome de Down são inseridas no contexto educacional e compreender como essa inserção acontece, é necessário primeiro entender o que é a Síndrome de Down? Quais as causas que levam o indivíduo a adquiri-la? Quais consequências podem vir a sofrer esse indivíduo com Down? E de que forma, a partir do diagnóstico positivo em relação a essa condição esse indivíduo deve ser encaminhado e para onde deve ser encaminhado a fim de receber as informações necessárias e corretas que visem seu perfeito desenvolvimento?

A Síndrome de Down é uma condição orgânica ocasionada pela presença de um par extra de cromossomos (par 21) nas células do organismo. Por isto, esta síndrome é também conhecida como trissomia (isto é, três ) do par 21. A síndrome foi descoberta por Sir John Langdon Down em 1866, e a anomalia cromossômica foi descoberta pelo professor Lejeune em 1959.

Como o cromossomo 21 extra se encontra nas células de todas as crianças com Síndrome de Down, ele exerce uma influência na formação do corpo em todas as crianças de forma semelhante. A anomalia cromossômica causa a alteração e mal funcionamento de todos os órgãos. Ela afeta o cérebro e esta é a causa das dificuldades intelectuais. Porém a intensidade com que se manifestam estas alterações é altamente variável de uma pessoa para outra. A frequência do surgimento da síndrome varia por volta de 1/1000 nascimentos vivos.

Como principais características físicas estão: a cabeça um pouco menos, o rostocom contorno ovalado, os olhos levemente puxados, o pescoço grosso. Salienta-se a hipotonia ou fraqueza muscular, por exemplo, na língua e no coração. (Gomes, 2009.p.249-250)

Contudo este estudo tem além de conceituar a Síndrome de Down, visa compreender como essa inclusão na escola é realizada, verificando como é o tratamento dado a essas crianças por parte do corpo escolar, se essa inserção realmente acontece, bem como, investigar o suporte dado para as famílias dessas crianças.

Questionamentos acima descritos são relevantes no sentido de instigar a busca a essas respostas. Sabemos que a realidade da educação no Brasil não favorece a inclusão e que apesar desse processo está cada vez mais em evidência e que leis dão suporte a atitudes inclusivas, as escolas em todo seu corpo escolar, não está preparada para receber um aluno com necessidades especiais seja ela qual for, assim, vemos cada vez mais, crianças sendo excluídas das escolas regulares e sendo encaminhadas à entidades terapêuticas e de apoio para “tratamentos”.

A Síndrome de Down possivelmente é uma das formas mais frequentes de deficiência mental no Brasil. Assim estamos muito acostumados a conviver com pessoas com esta síndrome em diferentes lugares, seja nos espaços públicos, como supermercados, centros comerciais, entre outros, seja na escola. Felizmente, os alunos com Síndrome de Down não estão mais circunscritos à escola especial, porém vemos uma crescente presença destes alunos nas escolas de ensino comum. (GOMES, 2009.p.246)

Dadas às peculiaridades da temática estudada - a inclusão de crianças com Síndrome de Down na escola básica- a investigação utilizou-se de pesquisa qualitativa que faz referencia mais a fundamentos epistemológicos do que especificidades metodológicas e estudo de caso que enfatiza a necessidade de contextualizar e enfatizar as informações e relatos coletados.

Serão utilizadas narrativas dos pais, da família de alunos, de gestores, dos professores e dos próprios alunos inseridos neste contexto para identificar os problemas e as soluções para que essa inserção seja possível.

Serão também utilizadas entrevistas com as partes citadas acima para observar a origem de cada aluno, fazendo assim uma espécie de análise numa perspectiva histórica dos indivíduos relacionados neste estudo.

DISCUSSÃO

Se considerarmos que a educação é um direito supremo de todo e qualquer cidadão, devemos questionar de que forma o atendimento a crianças com Síndrome de Down nas séries iniciais vem sendo feito e como esta inclusão vem evoluindo nas redes pública e privada de ensino?

Compreendendo Inclusão como o ato de inserir, de deixar fazer parte, de abranger. A inclusão de alunos com síndrome de Down nas escolas comuns se faz necessária no sentido de permitir que essas crianças tenham a oportunidade de desenvolver suas aptidões físicas ou cognitivas de forma que não se sintam ou que sejam consideradas incapazes de aprender, de produzir, de assimilar conteúdos, etc. Se faz necessária também, quando numa dimensão macro da educação temos a consciência de que o momento do ingresso da criança na escola, é um momento de transição na vida de qualquer individuo, seja ele Down ou não. É um momento de descobertas de si e dos outros, é um momento de trocas, é um momento de experiências únicas que tem muita influencia nas ações futuras.

Portanto, a escola e seu quadro funcional devem estar preparados para receber essas crianças com Down, embasada no novo paradigma educacional que visa uma escola democrática que contribua e promova a aprendizagem. Uma boa educação é um bem que promove benefícios pessoais e coletivos durante toda a vida e essa convivência de crianças com Síndrome de Down com crianças consideradas normais no âmbito escolar é de suma importância, pois os colegas servem de exemplo de comportamento, contribuindo assim para o seu desenvolvimento emocional e social. E para crianças que não possuem a Síndrome, conviver com estes, é importante no sentido de desenvolver atitudes positivas relacionadas à tolerância, ao respeito ao outro e às diferenças.

A pré-escola é o contexto ideal para sua inclusão na rede de ensino, sendo que a maios vantagem está na exposição precoce á linguagem de outras crianças. É importante que haja a interação frequente entre os educadores e os pais. (Gomes,2009.p.251)

Numa visão histórica e na apropriação do referencial teórico, percebi que os alunos com síndrome de Down têm sua trajetória marcada por processos de discriminação e são encaminhados, quase que na sua totalidade a entidades terapêuticas específicas, tendo o seu direito à escolarização violada. É importante destacar que a síndrome de Down não é uma doença e sim uma condição inerente à pessoa. As crianças com Down têm características diferentes e únicas, porém assemelham-se a outros sujeitos e por isso é importante tratá-las com igualdade, pois não são diferentes.

Historicamente, a educação especial se afirmou como uma área predominantemente terapêutica. Isto pode ser paradoxal, já que ela se constitui em uma área educacional. (Gomes,2009.p.247)

Deve-se levar também em consideração, no contexto escolar que os alunos com Down apresentam dificuldades em certas áreas, que tem dificuldades de concentração; tem o aprendizado num nível mais lento, porém, tem a mesma capacidade de aprendizado e crescente nível de realização e autonomia, portanto seu desenvolvimento intelectual está relacionado não somente a conteúdos e sim ao estímulo e incentivo que recebem nos primeiros anos de vida e a escola tem a função de mediar esse desenvolvimento. Há também que se lembrar de que as crianças chegam à escola com conhecimentos prévios e que seus valores e realidades já estão impregnados na sua mente e que tudo isso não pode ser desconsiderado, pois fazem parte da sua historia de vida, exigindo assim, certa cautela por parte do professor e uma forma de aprendizagem diferenciada.

A escola deve está preparada para receber alunos com necessidades especiais na sua estrutura física e no seu corpo docente, além disso, um plano estratégico para que a permanência desse aluno na escola seja bem sucedida deve ser elaborado para que se possa englobar de uma forma geral o aluno, pais e professores no sentido de promover o diálogo entre as partes. Essa interação se faz importante para que se possam compreender as necessidades individuais de cada criança, bem como seus anseios e limitações, pois num nível educacional essas problemáticas devem ser levadas em consideração.

“...será preciso que o programa educacional escolar seja adaptado às habilidades e necessidades especiais. É importante que as situações de aprendizagem na escola promovam nessas crianças uma identidade pessoal positiva, sua auto estima e o respeito para consigo e para os colegas( o que vale também para os demais, no sentido de uma reciprocidade saudável e construtiva)”. (Gomes,2009.p.251-252)

RESULTADOS ALCANÇADOS

Com base nisso, esse estudo sobre a Inclusão de crianças com Síndrome de Down nas séries iniciais se faz relevante para que a nível social se possa esclarecer fatores complexos da realidade desses alunos e do processo de inclusão destes na escola comum, bem como buscar compreender esse momento como um momento histórico e como parte integrante da sociedade, partindo do Princípio Legal da “Educação de qualidade para todos”, segundo a LDB (Lei de Diretrizes e bases da Educação) no seu Art.2º *A educação dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

Faz-se relevante, também, no sentido de compreender numa dimensão pessoal, as causas que levam a não inserção desses alunos com Down nas escolas e questões sobre a inserção, a seleção para a inserção e o tratamento que é conduzido à criança e à família dessas crianças na escola.

A nível acadêmico e com o intuito de promover o desenvolvimento desses alunos com Down no processo de ensino aprendizagem, as práticas pedagógicas ou educativas vem cada vez mais sendo aprimoradas nesse sentido. Essas práticas ao longo do tempo vêm sofrendo influencias tanto do meio pedagógico, quanto de fatores sociais, econômicos, entre outros. Sendo esses fatores parte do cotidiano e inserido no contexto social em que vivem esses alunos, essas práticas vêm mostrar as especificidades e necessidades desses alunos, bem como sua importância na vida e no desenvolvimento de alunos. Trazer o mundo em que vivem e entender sua realidade faz com que esse desenvolvimento seja completo e de qualidade.

Portanto, proporcionar aos alunos atividades que sejam prazerosas e que instiguem sua curiosidade é fundamental no sentido de desenvolver suas capacidades motoras e cognitivas a partir da perspectiva em relação ao aluno e suas diferenças. Isso fará também que o aluno se desenvolva de forma considerável respeitando sempre o seu tempo e suas especificidades.

No que diz respeito à inclusão, o professor como ente mediador deve se manter atualizado em suas práticas, atentando para diversas realidades encontradas em sala de aula, fazendo assim que sua prática possa não só inserir como dá caráter igualitário aos alunos e tornando-os dessa forma parte de um todo. No que diz respeito ao currículo para essas crianças, pode-se fazê-lo de forma individual ou coletivo, sempre atentando para a necessidade de cada aluno especificamente.

No currículo individual pretende-se trabalhar o desenvolvimento e aprendizagem do aluno sem se centrar no problema da criança e sim na necessidade dessa criança em alcançar seus objetivos. A avaliação é necessária par identificar essas necessidades e determinar a ajuda necessária e esse currículo adaptado deve ser produzido por um conjunto de profissionais (coordenador pedagógico, psicopedagogo e professor).

No currículo coletivo pretende-se trabalhar também o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno, levando para um viés social e igualitário, onde professores e alunos podem sentir-se receosos ao entrar em contato com o desconhecido. Para o professor, além de rever suas práticas em sala de aula, terá a oportunidade de rever seus conceitos e preparar-se para receber esse aluno, podendo assim abstrair de uma forma positiva, buscando sempre cada vez mais informações para seu melhor desempenho em sala de aula.

Vale ressaltar também que as dificuldades que os alunos com Síndrome de Down têm em seu aprendizado, têm grandes influencias da sua condição, da sua síndrome. Porém independe de causas medicas, pois como já foi dito, a síndrome de Down não é uma doença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contudo, ao analisar todas essas questões acima citadas, percebe-se que cada vez mais a perspectiva da inclusão vem sendo adotada no cotidiano das escolas, porém na prática, ainda há muito que se fazer no sentido de que há uma demanda cada vez maior e que as escolas ( em sua maioria) apesar de terem projetos voltados para esse tipo de clientela, não conseguem de fato fazer as adaptações necessárias tanto na área pedagógica quanto nas áreas física e estrutural. No entanto a prática da inclusão, ao ser adotado em boa parte dos estabelecimentos de ensino do Brasil, faz com que as expectativas de pais, alunos e corpo docente sejam alcançadas de forma positiva quando se percebe que se tem um olhar diferenciado a respeito dessa inclusão e que mesmo sem as condições necessárias para que um trabalho de qualidade seja feito as escolas no seu corpo técnico e docente fazem um planejamento voltado a essas crianças com o intuito de cada vez mais permitir que façam parte de todo o processo educacional.

REFERENCIAS

- ABNT-Associação Brasileira e Normas Técnicas

- André, Marli E. D. A.; Liidke, Menga. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo. EPU, 1986

- CUNHA,Eugenio. Práticas pedagógicas para a inclusão e diversidade. 1º ed;saraiva,2011

- Educação Infantil: pra que te quero? \Organizado por Carmem Maria Craidy e Gladis Elise O. da Silva Kaecher- Porto Alegre: Artined, 2001

- SEVERINO,Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23 ed-res. E ampl.-São Paulo;Cortez, 2007

- 1996-LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÂO- LEI nº 9394\96

-GOMES,Marcio. Contruindo as trilhas para a inclusão. –Petrópolis, RJ: Vozes,2009. – (Coleção Educação Inclusiva).